



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003588-61.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **OLGA REGINA MARTANI DEBENEDETTI**
 Embargado: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

OLGA REGINA MARTANI DEBENEDETTI, ajuizou ação de Embargos de Terceiro em relação à execução proposta pela **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** contra **GIOVANELLA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, sob o fundamento de que os imóveis descritos na inicial passaram a lhe pertencer, quando se separou judicialmente de Antenor Rodrigues de Camargo Filho, em 23/07/1999, portanto, antes do ajuizamento da execução, não obstante não tenha registrado a Carta de Sentença, razão pela qual não poderia ter ocorrido a penhora sobre referidos bens.

A embargada apresentou contestação a fls. 96/99, reconhecendo a procedência do pedido.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Além do seu reconhecimento feito pela embargada, observa-se que a aquisição dos bens, em virtude da separação da autora e de Antenor Rodrigues de Camargo Filho ocorreu, de fato, antes do ajuizamento da ação de execução.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, II do Código de Processo Civil e procedente o pedido, para o fim de determinar que seja levantada a penhora que recai sobre os imóveis aqui reivindicados.

Dê-se ciência ao SRI competente, para as providências necessárias.

Considerando-se o princípio da causalidade, tem-se que a embargada não tinha



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

como saber da aquisição dos bens pela autora, em virtude da partilha feita pelo casal, já que a carta de sentença não foi registrada, não se lhe podendo atribuir a causa da instauração da lide, com a constrição indevida, nem lhe condenar a arcar com as custas e honorários advocatícios.

P. R. I. C.

São Carlos, 11 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**